

# 6º Workshop de Transparência em Sistemas (WTrans)

## Empoderamento Social e Educação para a Transparência

**ARTIGO: “FORMAÇÃO PARA  
A CIDADANIA E  
CONTROLE SOCIAL VIA  
EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA”**

Autores

Cassyra Lúcia Correa Vuolo – TCE/MT

Cristiano Maciel - UFMT

Alexandre Martins dos Anjos - UFMT

Marina Bressane Spinelli Maia de Andrade – TCE/MT

Rosana Abutakka dos Anjos - UFMT



Tribunal de Contas  
Mato Grosso  
TRIBUNAL DO CIDADÃO



# Introdução



## 1º Momento:

# Empoderamento Social e Educação para a Transparência

## 2º Momento:

# Formação para a Cidadania e Controle Social via Educação à Distância

# Democracia e Cidadania



# Democracia e Cidadania

“Para que possamos ter uma democracia participativa, é necessário a participação dos cidadãos na vida pública.”

(MACIEL, GARCIA, 2007)

# Cenário Político

- ✓ **Constituição de 88, com 30 anos de promulgação, foi um marco para a democratização das ações públicas.**
- ✓ O país saía de anos de autoritarismo, onde o aparelho estatal estava **engessado, ineficiente e extremamente burocrático**.
- ✓ **Nova era** onde os valores do patrimonialismo e clientelismo estão sendo deixados e combatidos em nome de **valores como dignidade, ética e honestidade pessoal e pública**.



# Cenário Legal

CONSTITUIÇÃO CIDADÃ - CF 1988	EMENDA CONSTITUCIONAL 19/1998	LRF LEI 101/2000	LEI 131/2009	LEI 12.527/2011
Fortalece a cidadania (direito e deveres)	Administração Burocrática (Foco em processos)	Participação da sociedade na elaboração do orçamento e no acompanhamento da aplicação dos recursos públicos (transparência e clareza das informações Art. 48,I)	Determina a disponibilização, em tempo real, de informações sobre a execução orçamentária e financeira dos órgãos públicos	Lei de Acesso a Informação: obriga todos os órgãos públicos a oferecer informações sobre suas atividades a qualquer pessoa que solicitar os dados
Criação de instrumentos de controle social (Conselhos Públicos)	Administração Gerencial (Foco em resultados)	Gestão fiscal responsável, responsabilização do gestor e participação da sociedade nas aplicações dos recursos públicos	Todos os gestores têm a obrigação de divulgar as despesas e receitas da administração em páginas oficiais	Os gestores precisam disponibilizar no site todas as informações referentes a administração A informação é a regra e o sigilo é exceção

Fonte: Vuelo (2012)



**CIDADANIA**  
(Participação Popular + Conselhos Públicos)



**EFETIVIDADE**  
(Resultado/ Eficácia, Programas e Projetos de Gestão)



**RESPONSABILIZAÇÃO**  
(Participação Popular na Elaboração e Discussão dos Planos)

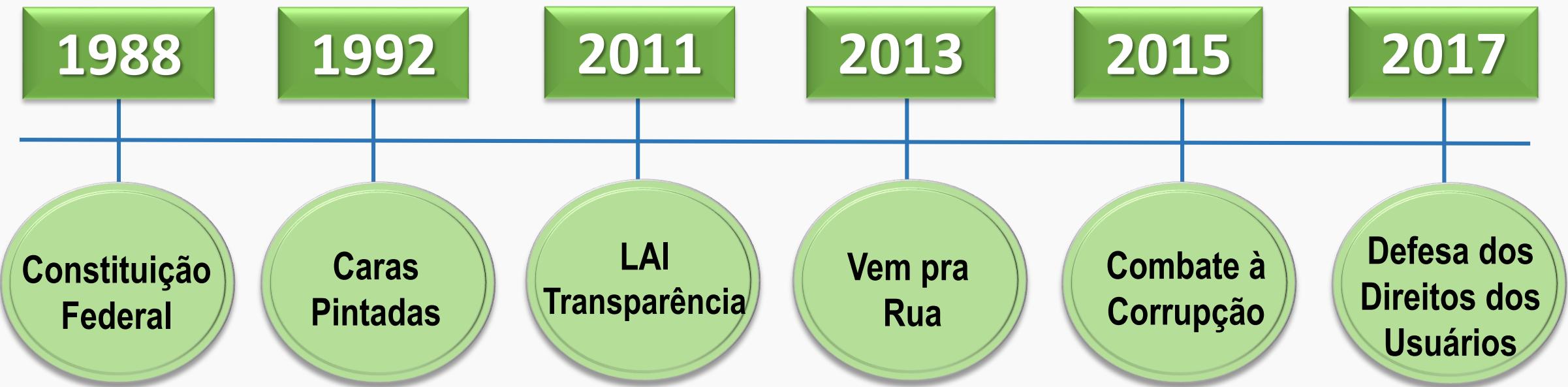


**TRANSPARÊNCIA**  
(Receita e despesas dos órgãos públicos nos sites)



**TRANSPARÊNCIA**  
(Ativa e Passiva de todos os órgãos públicos)

# Cenário Social





Esses cenários exigem **cidadãos ativos** dentro do Estado Democrático de Direito, que saibam **ocupar os espaços** locais e efetivar a **participação cidadã**.

# Quem é o Cidadão?

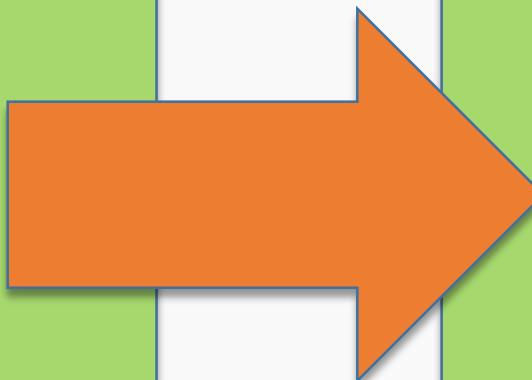
Cidadão é um ser humano inserido em uma sociedade, com direitos e deveres definidos, participandoativamente de sua vida política, jurídica, econômica e, sobretudo, histórica.



# Participação é Partilha de Poder

## Participação Popular

- ✓ (a voz do grupo)
- ✓ (direitos específicos)
- ✓ (soluções de interesse dos mobilizadores)
- ✓ (fortalece as pessoas)



## Participação Cidadã

- ✓ (a voz da sociedade)
- ✓ (direitos sociais)
- ✓ (soluções de interesse coletivo)
- ✓ (foco em políticas públicas)
- ✓ (empodera/fortalece a sociedade)

# Democracia: Representação e Participação

ARTIGO 1º DA CF, § ÚNICO

## Democracia Representativa

Decisões políticas **tomadas por representantes eleitos** pelos cidadãos. Os "representantes do povo" se agrupam em instituições chamadas Parlamento, Câmaras, Congresso ou Assembleia da República.

## Democracia Participativa

Pretende que **existam efetivos mecanismos de controle da sociedade civil** sob a administração pública, não se reduzindo o papel democrático apenas ao voto, mas também **estendendo a democracia para a esfera social**.

# Democracia Participativa: exercício do poder político



- ✓ **Pautado no debate público** entre cidadãos livres e em condições iguais de participação;
- ✓ **Legitima as decisões políticas** mediante os processos de **discussão social**;
- ✓ **Orientada pelos princípios da inclusão**, do pluralismo, da igualdade participativa, da autonomia e da justiça social;
- ✓ **Confere um reordenamento** na lógica de poder político tradicional.

**Não existe  
DEMOCRACIA  
sem controle**



# Tipos de Controles

Fonte: Vuolo (2012)



Controlador Interno



TCE-MT  
Assembleias e Câmaras



Sociedade



# Controle Institucional: quem controla quem

EXECUTIVO		LEGISLATIVO		JUDICIÁRIO
Controle sobre atos da própria administração		Controle sobre atos e agentes do Executivo		Controle sobre atos legais de qualquer dos Poderes
Controles Internos da Administração		Controles Externos da Administração		Controle Jurisdicional
Controle Interno Administrativo	Controle Interno Gerencial	Controle Político	Controle Técnico	Habeas Corpus Habeas Data Mandado de Injunção Mandado de Segurança Ação Popular Outros
Controle sobre os atos da entidade pela própria entidade	Controle sobre os atos da entidade por outra entidade	Controle sobre decisões políticas do Poder Executivo	Controle sobre atos de gestão dos recursos públicos	
Função administrativas clássicas	Controladoras, Auditorias-Gerais, Sistemas de Controles Internos	Legislativo	Tribunais de Contas, Comissões Orçamentárias e de Fiscalização	Tribunais e Juízes

Fonte: Adaptado de Bugarin, Vieira e Garcia, (2003, p.29)

# Afinal, o que é o Controle Social ?

- ✓ Presença ativa da sociedade como agente fiscalizador e controlador da aplicação dos recursos públicos
- ✓ Assegurar que as políticas públicas sejam planejadas de modo que respondam às necessidades sociais e seus programas sejam cumpridos conforme o que foi pactuado
- ✓ Mecanismo de prevenção da corrupção e de fortalecimento da cidadania
- ✓ À atuação direta da sociedade na influência ou direção do poder (Pereira, 1997)

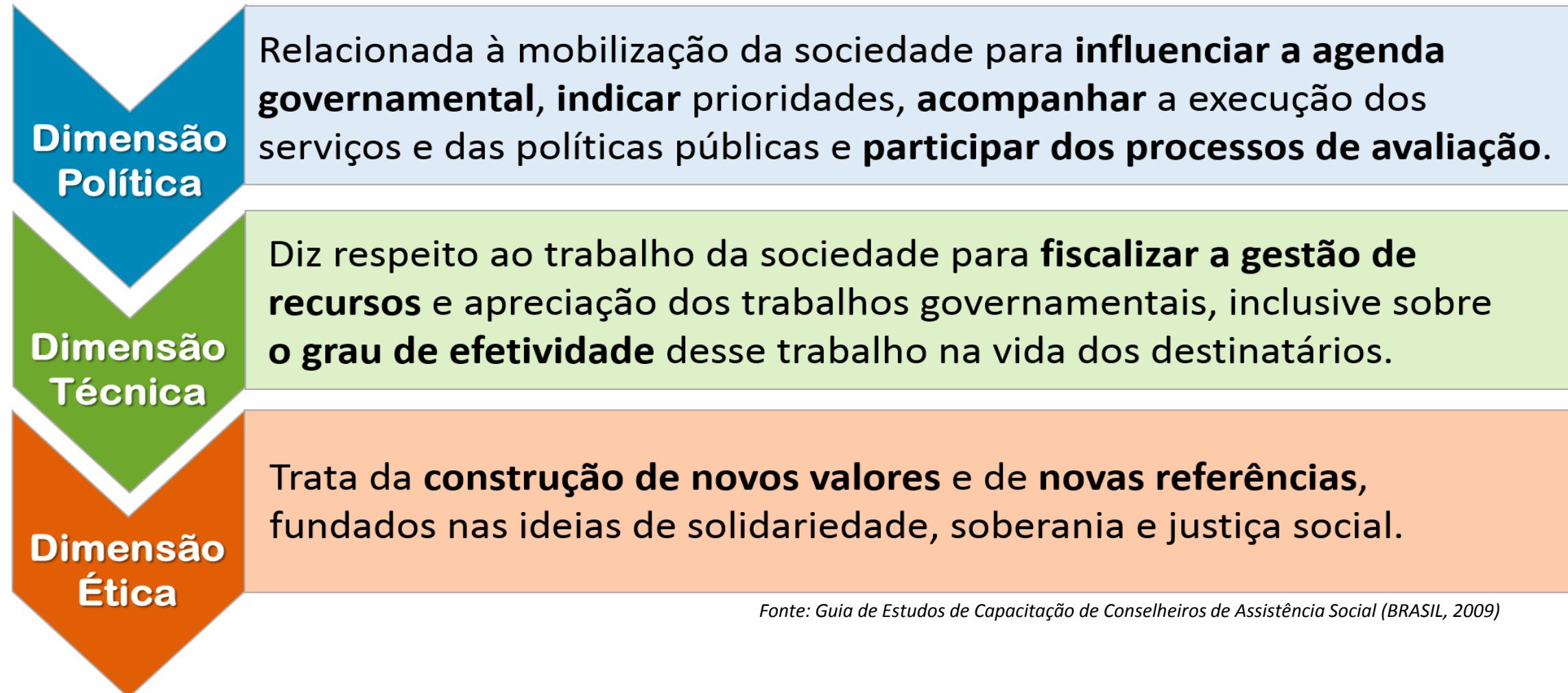




É uma forma de **compartilhamento do poder de decisão** entre o Estado e sociedade em relação às políticas. É um **instrumento da democracia e da cidadania**. E pode ser realizado tanto no momento da implantação de políticas públicas quanto no momento de fiscalização

(KUHN et al., 2017)

# Dimensões do Controle Social



# Instrumentos de Participação

## INSTRUMENTOS DE CONTROLE SOCIAL - INDIVIDUAIS

Instrumentos	Previsão Legal	Ação
Ouvidoria implantadas pelos órgãos públicos	CF Art. 37, XXX, §3º, I	Aprimorar o processo de gestão, favorecendo a autocorreção dos órgãos
Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)	Lei 12.527	Pedido de informação – Transferência Ativa
Denúncias aos órgãos de Controle Externo	CF Art. 74, §2º	Aprimorar a qualidade da aplicação dos recursos públicos
Ação Popular	CF Art. 5º, LXXIII	Propor ações/projetos para melhorar a vida social
Requerimento ou petição solicitando certidões ou informações junto aos órgãos públicos	CF Art. 5º, XXXIII Art. 37, §3º, II Art. 216, §2º	Garantir o direito de acesso à informação
Tribunal Livre	Regimento Interno do Legislativo	Ocupar o espaço da Tribuna Livre na Câmara Municipal para expor e defender um assunto

# Instrumentos de Participação

## INSTRUMENTOS DE CONTROLE SOCIAL - COLETIVO

Instrumentos	Previsão Legal	Ação
Conselhos de Políticas de Públicas	CF e normas infraconstitucionais	Mobilizar, propor, acompanhar e medir os resultados dos serviços prestados ao cidadão
Audiência Pública	CF e LRF	Opinar sobre assuntos de interesse público coletivo
Ação Civil Pública	CF Art. 129, III	Coibir abuso ou desvio de recursos do poder
Orçamento participativo adotado por gestores	CF art. 29, XII LRF art. 48, único Leis Municipais	Definir prioridades de execução das políticas públicas
Fórum/Reunião/Associação/ Sindicato	-	Discutir, propor e agir para solucionar problemas da coletividade ou melhorar a qualidade de serviços prestados ou colocados à disposição da sociedade

# **TCE-MT**

# **Educação para a Transparência**



Segundo Nerling (2017),  
**a comunidade,**  
**a cidadania,**  
**a participação,**  
**a transparéncia** e  
**o controle** permeiam  
as diversas etapas  
do ciclo de gestão  
de políticas públicas.





Segundo Maciel et al. (2016), sugere-se na “área de Educação, entre outros, o desenvolvimento de soluções para desenvolver a **educação para a transparência e o incentivo ao uso de dados abertos** governamentais na forma gráfica como meio de atrair a atenção e facilitar o entendimento dos dados pelos cidadãos de modo a elevar e melhorar o nível de participação democrática no país.

# Desafios da Computação

3º Seminário

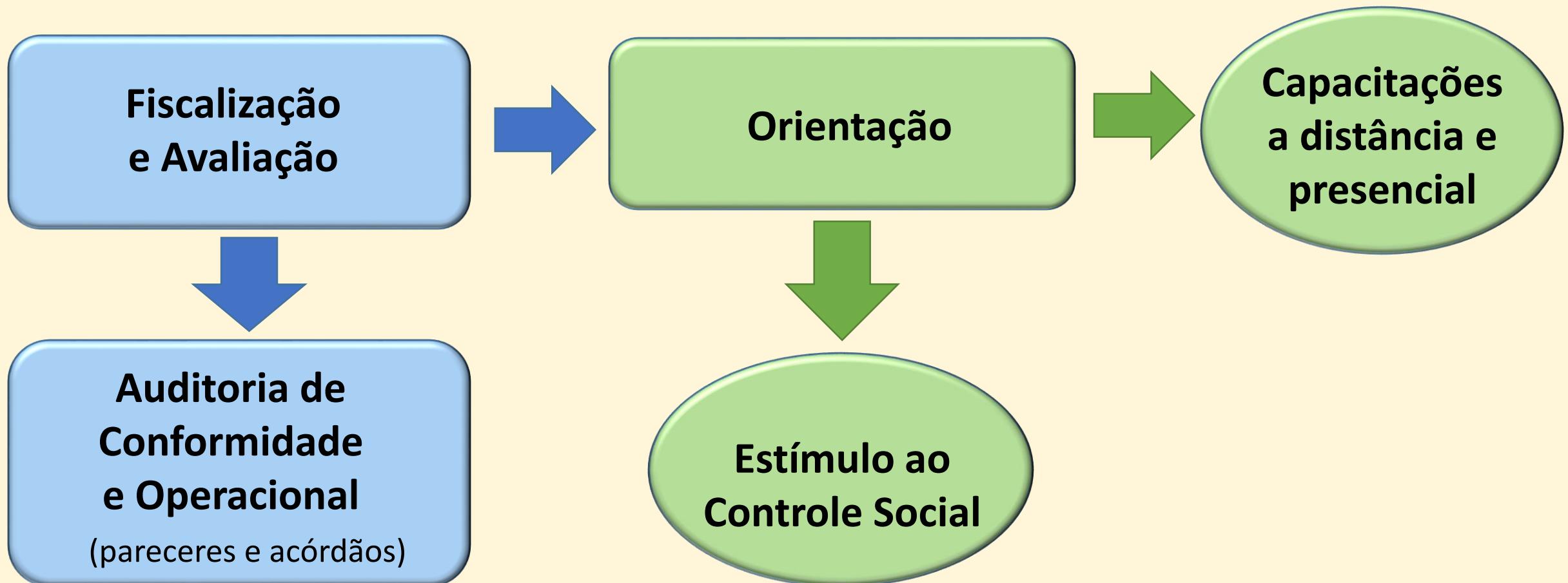
**GRANDES DESAFIOS DA  
COMPUTAÇÃO NO BRASIL**

- e-Participação (MACIEL; CAPPELLI; SLAVIERO, 2015)
- Levanta problemas e discute soluções para e-participação:
  - ✓ Engenharia de Software e Interação Humano-Computador
  - ✓ Transparência Organizacional
  - ✓ Educação Digital
  - ✓ Gerais
- Para Educação Digital traz como desafios, entre outros:
  - ✓ Fomentar práticas educacionais que estimulem a discussão da importância da participação dos cidadãos na vida pública;
  - ✓ Desenvolver ferramentas para acompanhamento contínuo pelos cidadãos de ações de e-participação;
  - ✓ Produzir material didático e práticas de ensino em Transparência e e-Participação.



# Atribuições dos Tribunais de Contas

## Constituição Federal de 1988

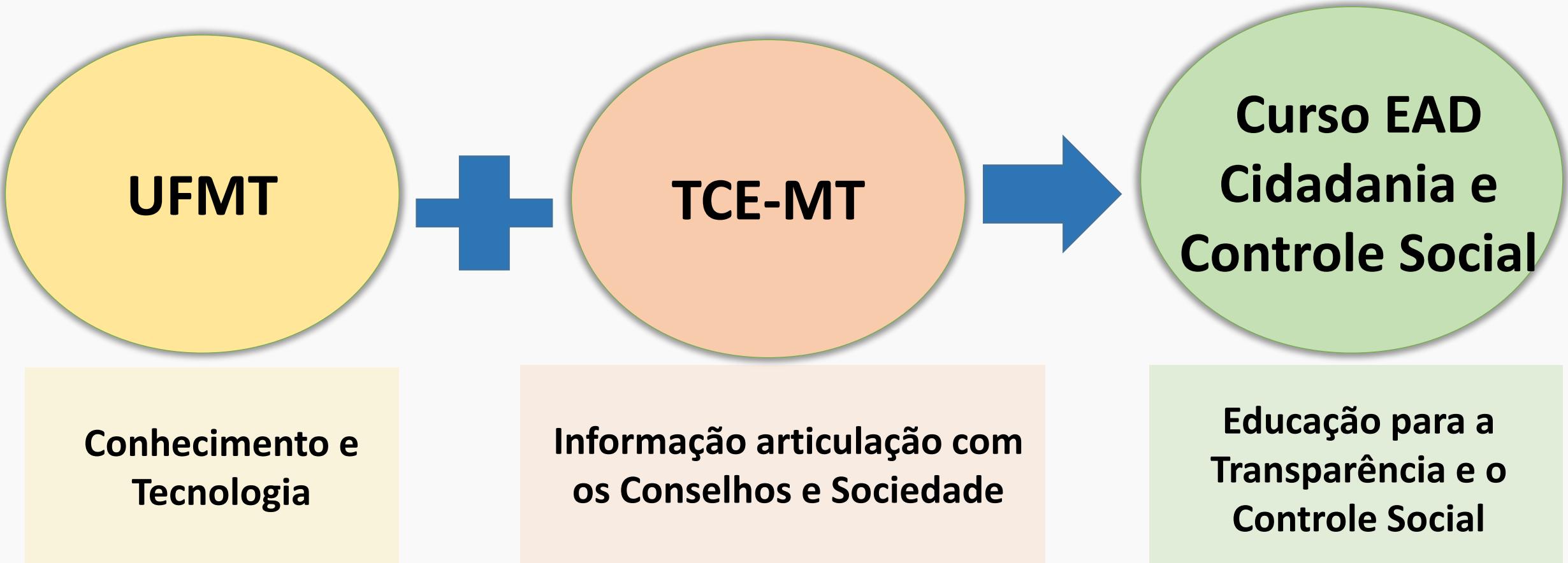


# O que é Educação para a Transparência para o TE-MT?



- Não é um fim em si mesmo, mas **um processo contínuo** que ocorre o tempo todo e de maneira recíproca.
- **Disponibilização de dados para diferentes públicos de interesse**, numa linguagem, forma e espaço no qual as pessoas possam acessá-los sem necessidade de uma formação específica.
- **Desenvolvimento de sistemas dialógicos** voltados para o cidadão.
- Investe em **ferramentas tecnológicas para mediar e aproximar** de seus públicos de interesse.
- **Capacitação continuada** do corpo técnico, fiscalizados e sociedade visando elevar a eficiência dos controles.

# Parceria do TCE-MT com a UFMT



# Decisão de firmar parceria

(...) Em 2012, o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE-MT) tomou a decisão de **firmar parceria com a Universidade Federal do Estado de Mato Grosso (UFMT)**, por intermédio da Fundação de Apoio e Desenvolvimento da UFMT (Fundação Uniselva), para **realizar o curso de extensão intitulado “Cidadania e Controle Social” via Educação a Distância (EaD)**, reconhecendo a universidade pública como lócus de conhecimento tecnológico e formação para a cidadania política.

(VUOLO; MACIEL, dos ANJOS, 2017)

# Formação para cidadania, controle social via Educação a Distância





# Objetivo do Curso

- ✓ **União entre diferentes Instituições Públicas:** Controle (TCE-MT) e a Academia (UFMT)
- ✓ **Aproxima e integra** o Governo da sociedade
- ✓ Democratiza o **acesso à informação**
- ✓ **Protagonismo e participação cidadã**
- ✓ **Compartilhamento do poder de decisão** entre o Estado e a sociedade em relação às políticas públicas
- ✓ **Educação para transparência e o controle social** em um contexto sistêmico

# Por que fazer o curso?

✓ O curso foi solicitado por **90%** dos **603** entrevistados

✓ Não exerciam seu papel porque não sabiam como fazer

✓ **55%** não tem acesso à informação

✓ **53%** não acompanha as políticas públicas e o orçamento

## O QUE SUPERAR?

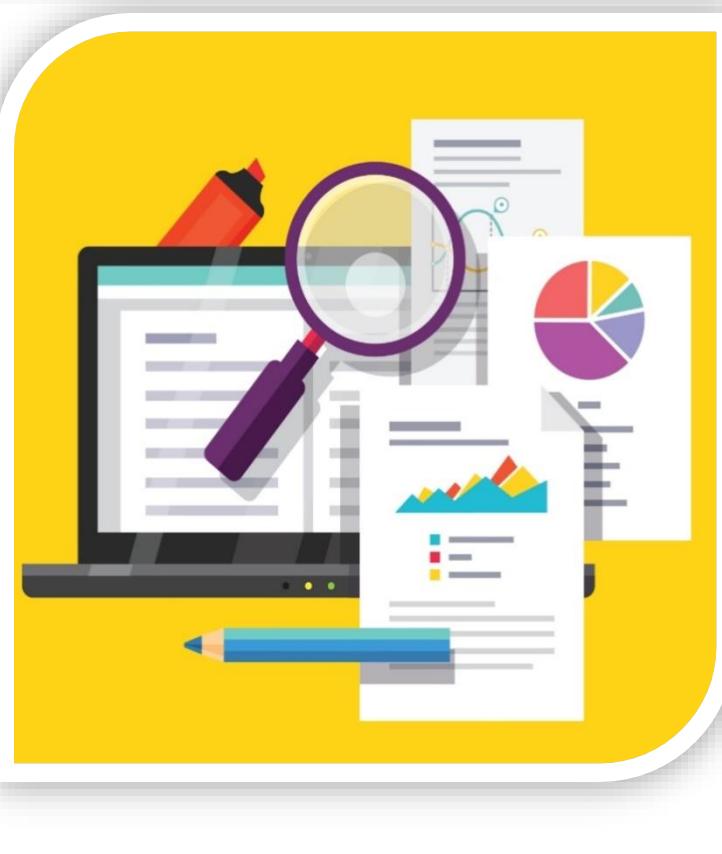
- Geográficos
- Culturais
- Tecnológicos

# Perspectiva Histórica



# A História do Curso...

O Tribunal de Contas de Mato Grosso desenvolveu em parceria com a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) o Curso de Extensão **“Os Conselhos de Políticas Públicas na Efetivação do Controle Social em Mato Grosso”**.



A **1ª Edição** foi em **2013** nos 20 maiores municípios de Mato Grosso adesos ao Programa de Desenvolvimento Institucional Integrado (PDI) e teve como público-alvo os Conselheiros de Políticas Públicas. Foram ofertadas 200 vagas.

Em **2014** a **2ª Edição teve 400 vagas** e incluiu os 10 municípios que aderiram ao PDI naquele ano, além de ser aberto para universitários e sociedade.

# A História do Curso...

No biênio 2016 e 2017, as **3<sup>a</sup> e 4<sup>º</sup> Edições** do Curso de Extensão ganhou um grande aporte com a **abertura de 2 mil vagas** por ano, sendo os alunos distribuídos em 40 turmas. Com a grande procura, em 2017, as inscrições fecharam em 3.101 pessoas, destes **1.056 se declararam membros de Conselhos**.

Neste ano, a **5<sup>a</sup> Edição** disponibilizou **1.000 vagas** na modalidade EAD, fechando as inscrições com 1.020 pessoas e outras 1.206 em cadastro de reservas.



# Números do EAD – Cidadania e Controle Social

## EaD CCS – 2013

400 alunos inscritos

26 municípios

15% concluíram o curso

## EaD CCS – 2014

265 alunos inscritos

24 municípios

33% concluíram o curso

## EaD CCS – 2018

1.000 alunos

inscritos

135 municípios

87% aprovados

## EaD CCS – 2016

2.000 alunos inscritos

122 municípios

34% concluíram o curso

## EaD CCS – 2017

2.003 alunos inscritos

126 municípios

70% concluíram o curso

# Arquitetura Pedagógica



- ✓ **Educação para a Transparência**
- ✓ Incentivo de uso de Dados Abertos Governamental
- ✓ Espaços atrativos, de fácil compreensão pelo cidadão
- ✓ Informações relacionadas à realidade local e às políticas públicas
- ✓ Estímulo ao exercício do controle social

# Iniciativa mediada pelas tecnologias

O curso foi realizado no Ambiente Virtual de Aprendizagem (ANJOS, 2014) Moodle.

A análise do processo e dos resultados **da iniciativa mediada pelas tecnologias** contribui para o **debate sobre a relevância da educação corporativa** permitindo ampliar as reflexões sobre **como esta pode ser oferecida para toda a sociedade**.



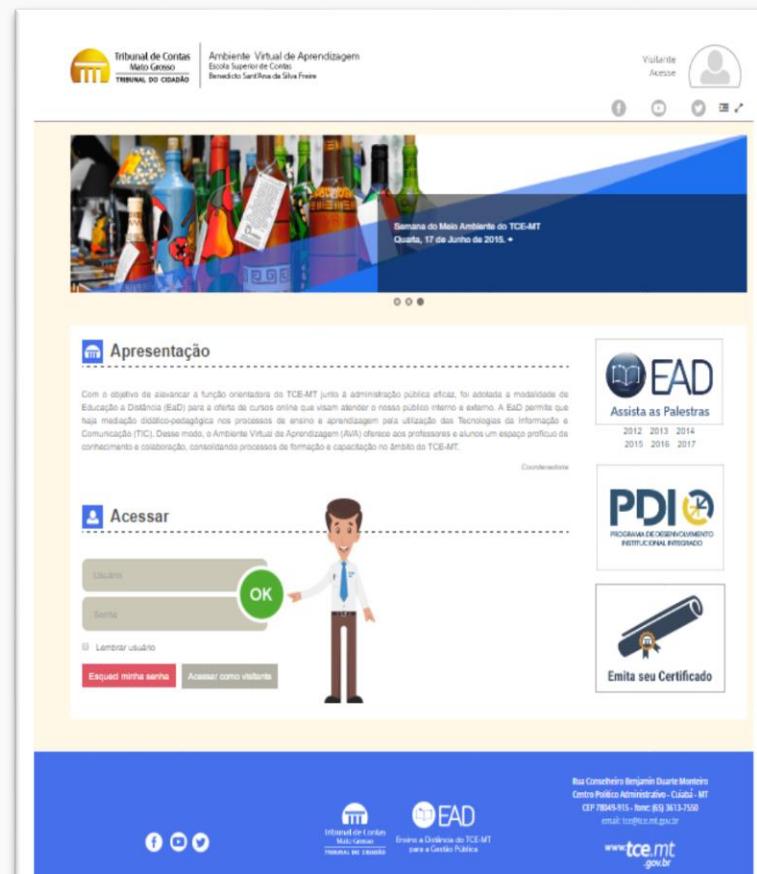
# Arquitetura Tecnológica

## O AVA e sua concepção

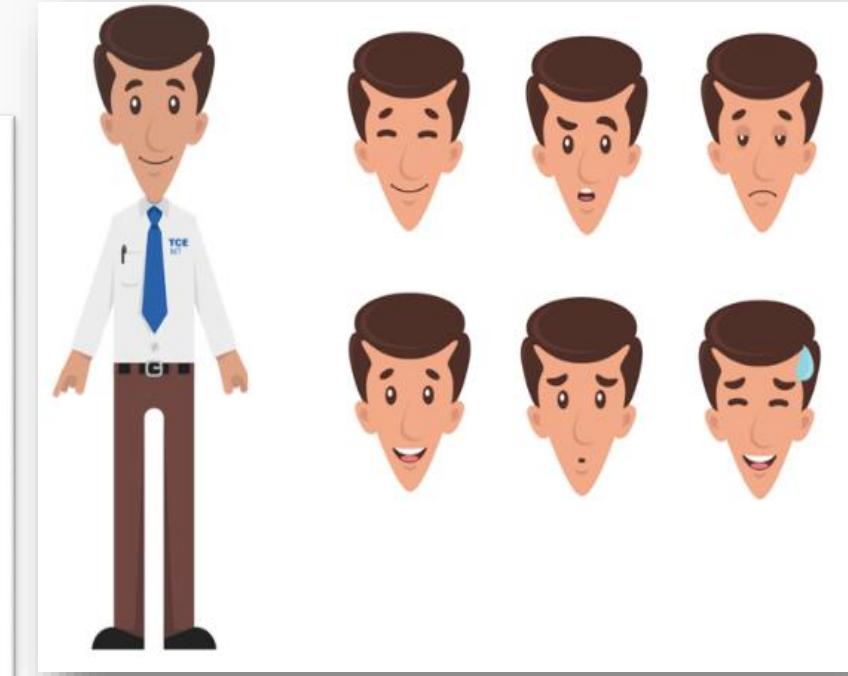
- Idealização de sua identidade visual e estrutura de conteúdos via Design Thinking
- Prototipação

(CAVALCANTI; FILATRO, 2016)

## RESULTADO



Tela inicial do AVA TCE-MT [www.ead.tce.mt.gov.br](http://www.ead.tce.mt.gov.br)



Projeto Gráfico do agente  
pedagógico dos cursos EAD/TCE-MT

# O curso de Cidadania e Controle Social e o AVA

Tela inicial do curso de Cidadania e Controle Social

The screenshot shows the 'Ambiente Virtual de Aprendizagem' (AVA) interface for the 'Cidadania e Controle Social' course. The top navigation bar includes the TCE-MT logo, the course title 'Ambiente Virtual de Aprendizagem' and 'Faculdade Superior de Contas', and a 'Alterar edição' button. The main content area displays two video lessons: 'A IMPORTÂNCIA DO CONTROLE SOCIAL' (by Dr. Antônio Joaquim) and 'O DIREITO DE CIDADANIA E CONTROLE SOCIAL' (by Dr. Cassiano Luiz Velloso). Below the videos are links for 'Material do Curso', 'Guia de Estudo', 'Texto Didático', 'Saiba Mais', 'Videos', 'Atividades', and 'Trabalho Final'. The right sidebar contains sections for 'Assista as Palestras' (with a timeline from 2012 to 2016), 'PDI' (Programa de Desenvolvimento Institucional Integrado), 'Participantes' (with a list of users), 'Mensagens' (with a list of messages), 'Navegação' (with links to 'Página Inicial', 'Meu perfil', 'Meu curso', 'Participantes', and 'Meus cursos'), and 'Administração'.

# O curso de Cidadania e Controle Social

## Parte do Projeto Gráfico Idealizado

Ênfase nos elementos de imagens e desenhos icônicos, intencionando disponibilizar um material didático esteticamente agradável e de fácil uso no processo de estudo

No formato web, o material é composto por elementos de animações dinâmicas, inseridas em cada módulo do texto



Projeto Gráfico/Defesa da Semiótica do projeto

Tela inicial do Texto Didático - formato web

# O curso de EAD em Cidadania e Controle Social

Segundo Mill (2010), “ a Educação a Distância brasileira passou por uma vertiginosa expansão e por um enorme reconhecimento nunca percebido na modalidade”.

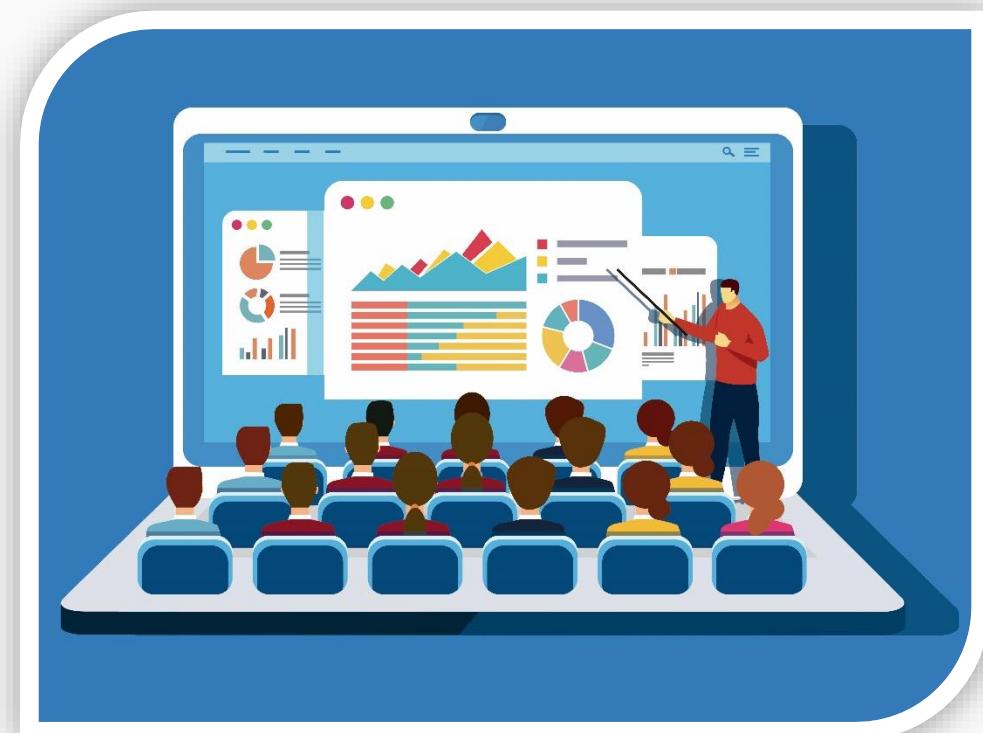
Ambiente concebido para os membros dos Conselhos de Políticas Públicas e cidadãos para o exercício do controle social

Com duração média de **45** dias, **100h/a**, certificado pela UFMT. Estruturado em **3** Módulos:

***Módulo I: Estado, participação e controle social***

***Módulo II: Gestão Pública em Mato Grosso***

***Módulo III: Projeto Integrador***



# O curso de EAD em Cidadania e Controle Social



Foram atendidos **97%** dos **141** municípios do Estado de Mato Grosso e **26** de outros Estados

Verificou-se cursistas de nível fundamental de escolaridade, bem como doutores que desempenham suas atividades como defensores públicos, fiscais de tributos estaduais, serviços geral, do lar, entre outros.

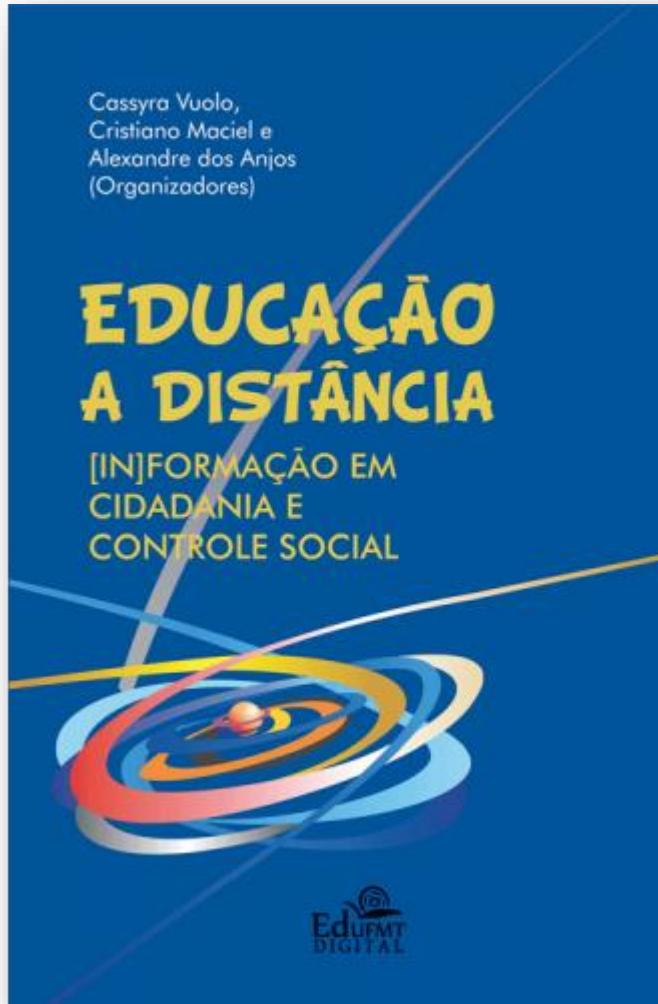
# O curso de EAD em Cidadania e Controle Social - 2016

**2 mil**  
vagas ofertadas

- ✓ Distribuídas em **40** salas de EAD, **40** tutores selecionados, monitorados e supervisionados por técnicos e especialista em controle social do TCE-MT
- ✓ Aula magna
- ✓ Encerramento presencial

Contando com fóruns, grupos em redes sociais e estratificado em supervisão, coordenação, tutoria mais de **1 mil** alunos foram aprovados com uma taxa de evasão de apenas **50%**

# O curso de EAD em Cidadania e Controle Social



A produção acadêmica substancial de **700 trabalhos finais** conclusivos viabilizou o indicador de maior representatividade relacionados à temática das políticas públicas dos seus municípios

**50** foram selecionados, de **27** municípios do Estado, e inseridos na publicação Edufmt, in 2017.

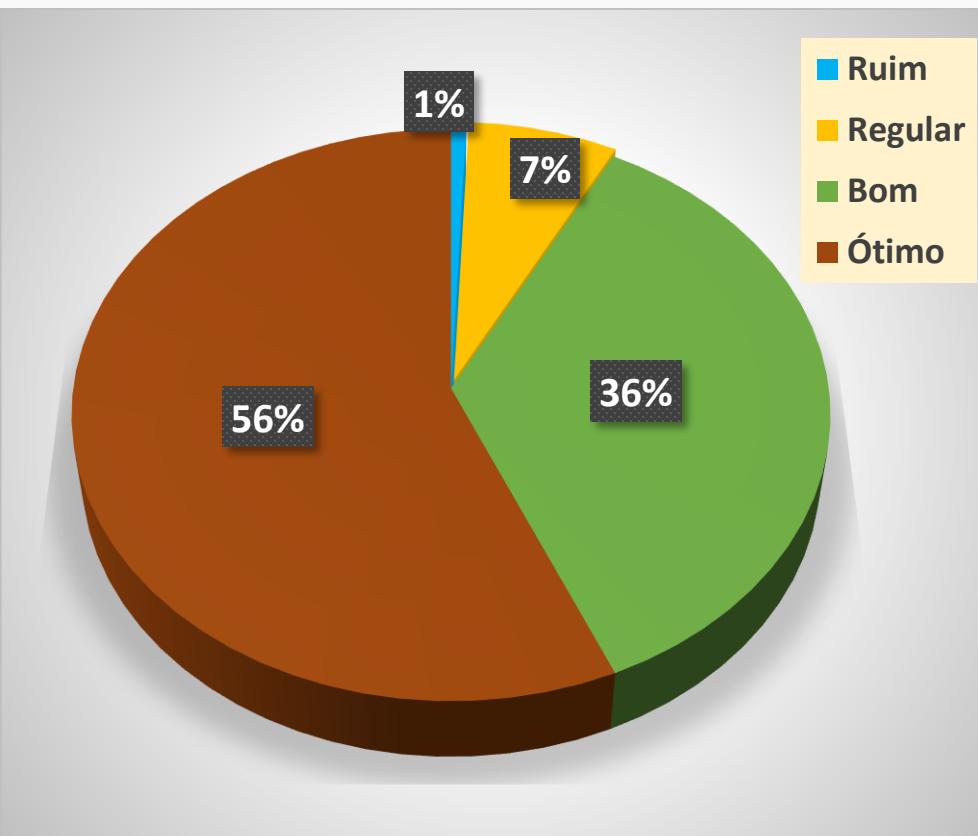
**16%** dos trabalhos apresentaram preocupação com a transparência e a fiscalização pelos Conselhos Municipais

# Controle de satisfação *online*

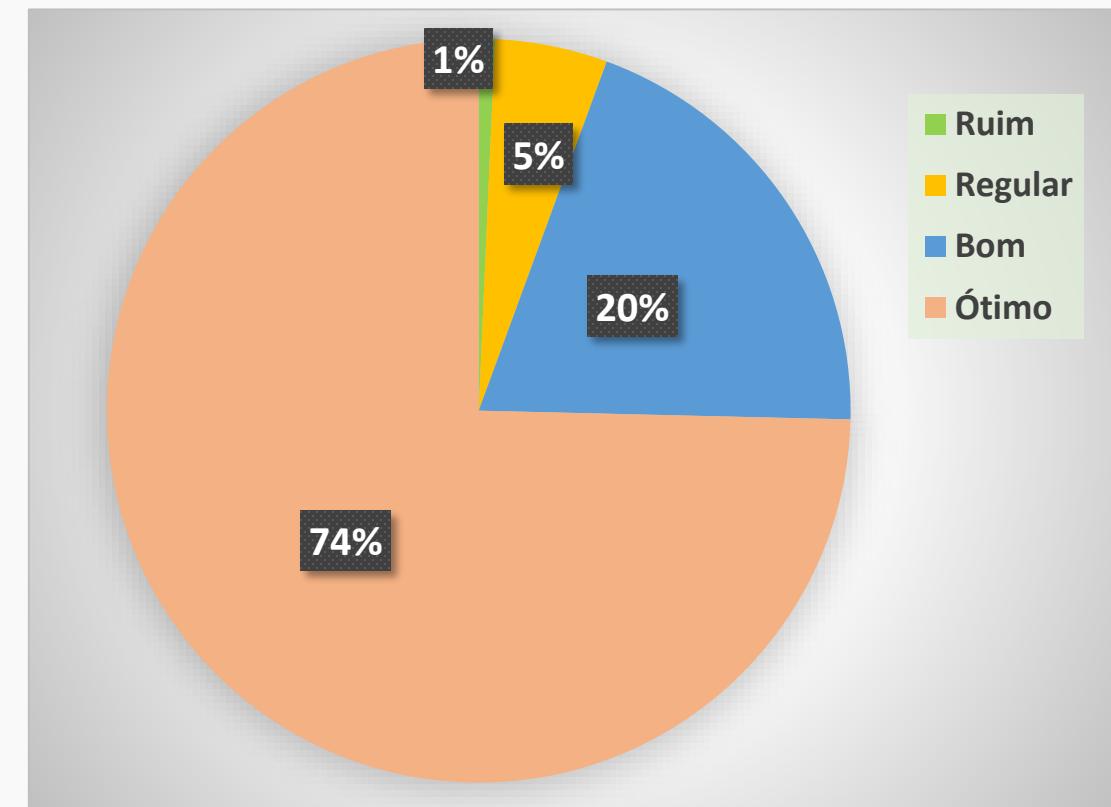


# Os gráficos da avaliação

A **linguagem** empregada no material didádito foi clara?

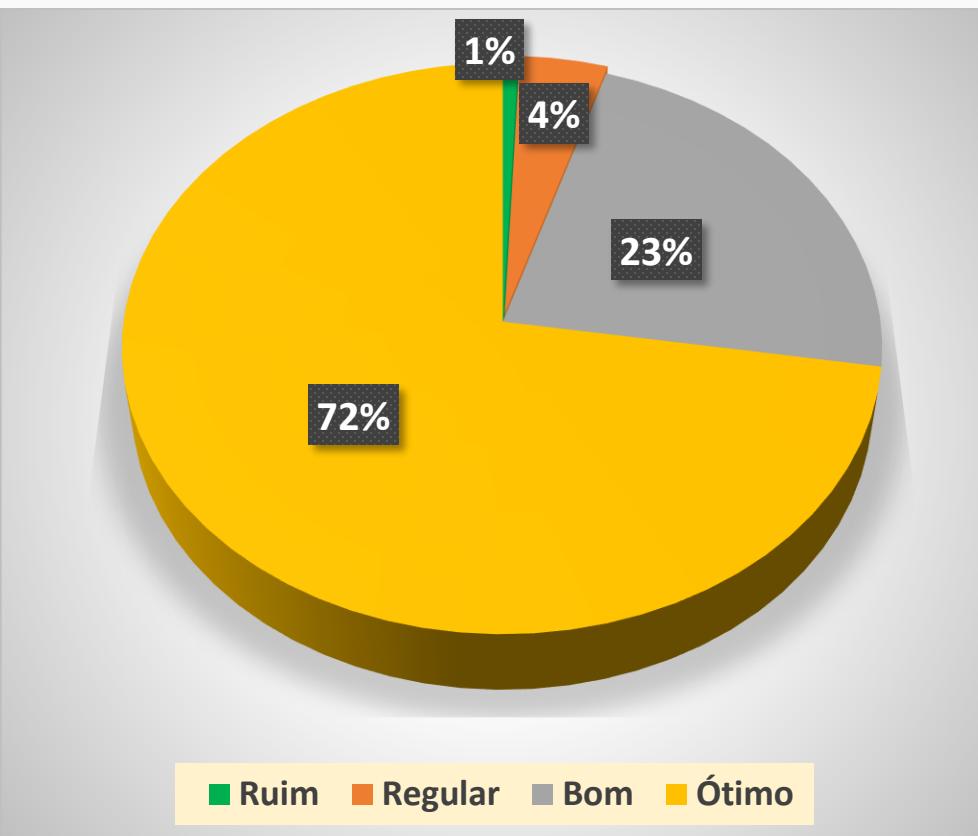


O **tutor** esteve disponível e acessível para os debates e saneamento de dúvidas?

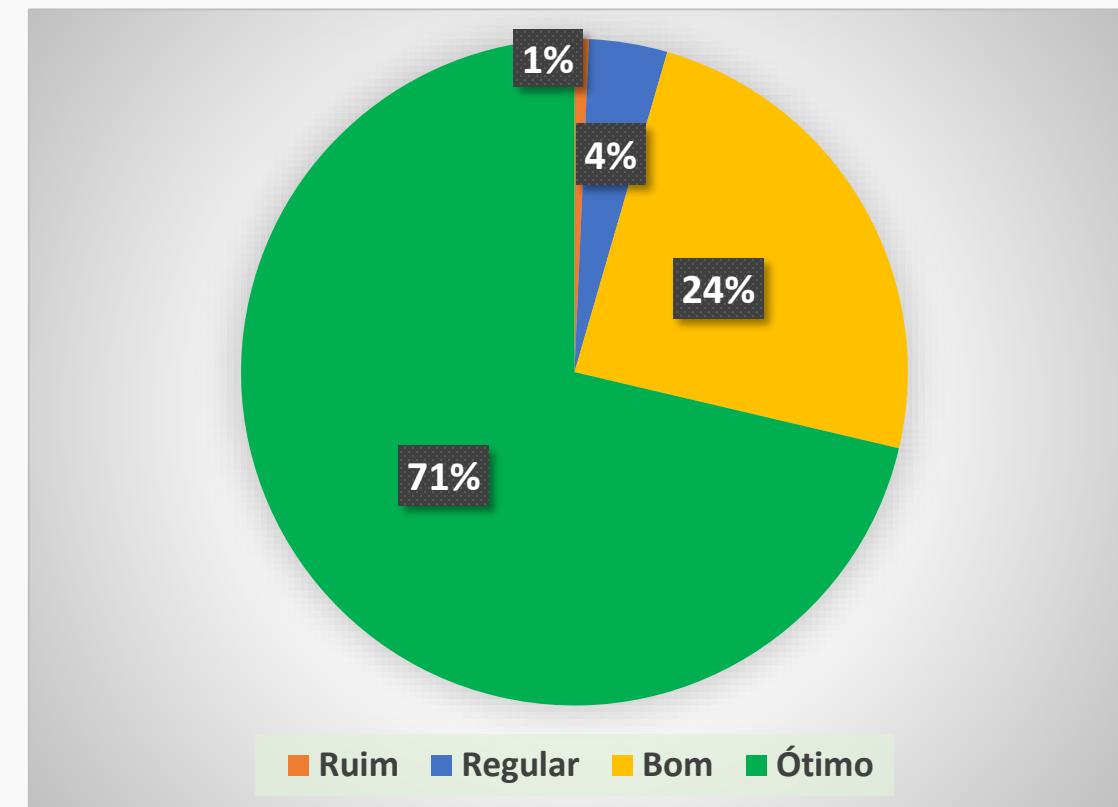


# Os gráficos da avaliação

Qual a sua avaliação geral da atuação da **coordenadora** de tutoria da sua turma?

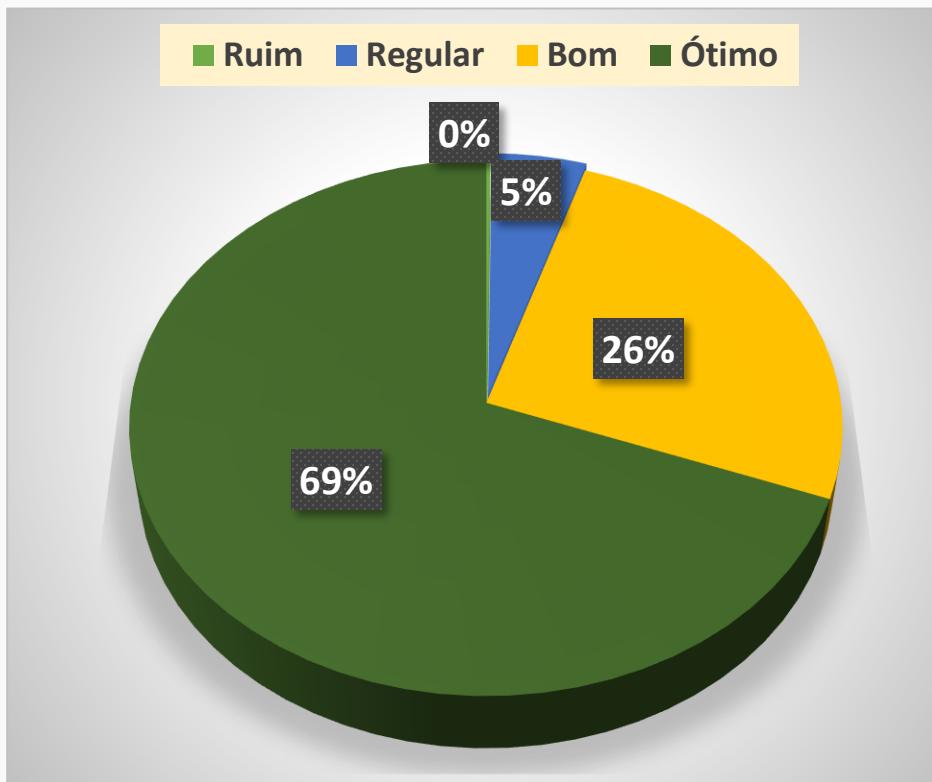


Qual a sua avaliação geral da atuação da **supervisora** de tutoria da sua turma?

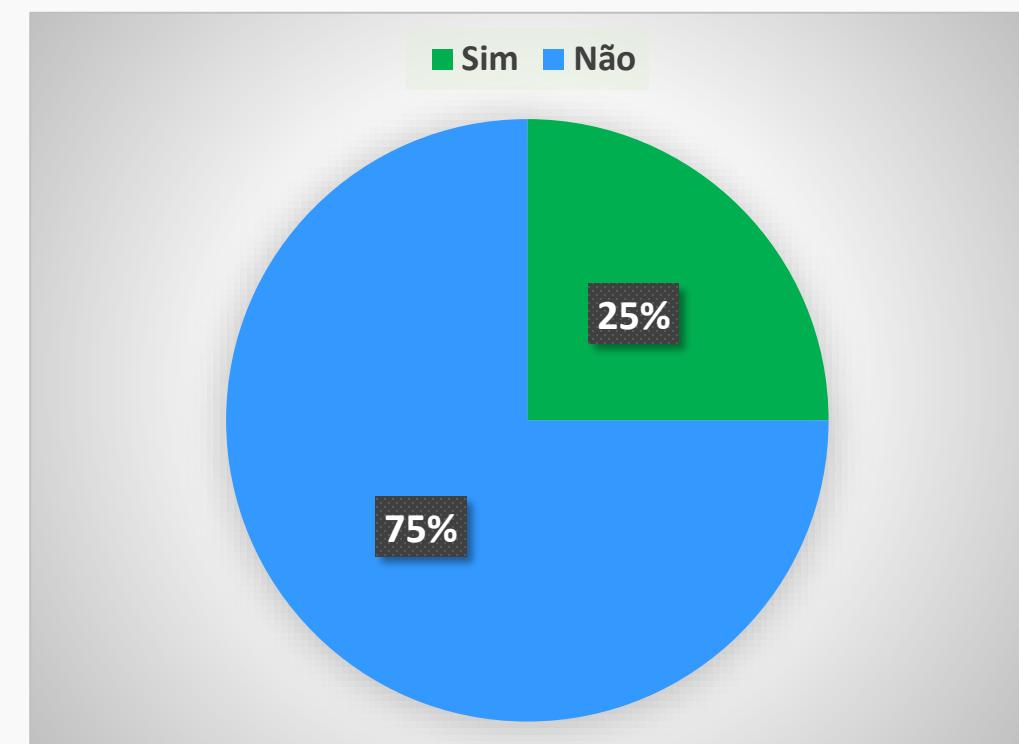


# Os gráficos da avaliação

O curso contribuiu para o **desempenho das suas atividades junto ao Conselho, sua comunidade ou cidade?**

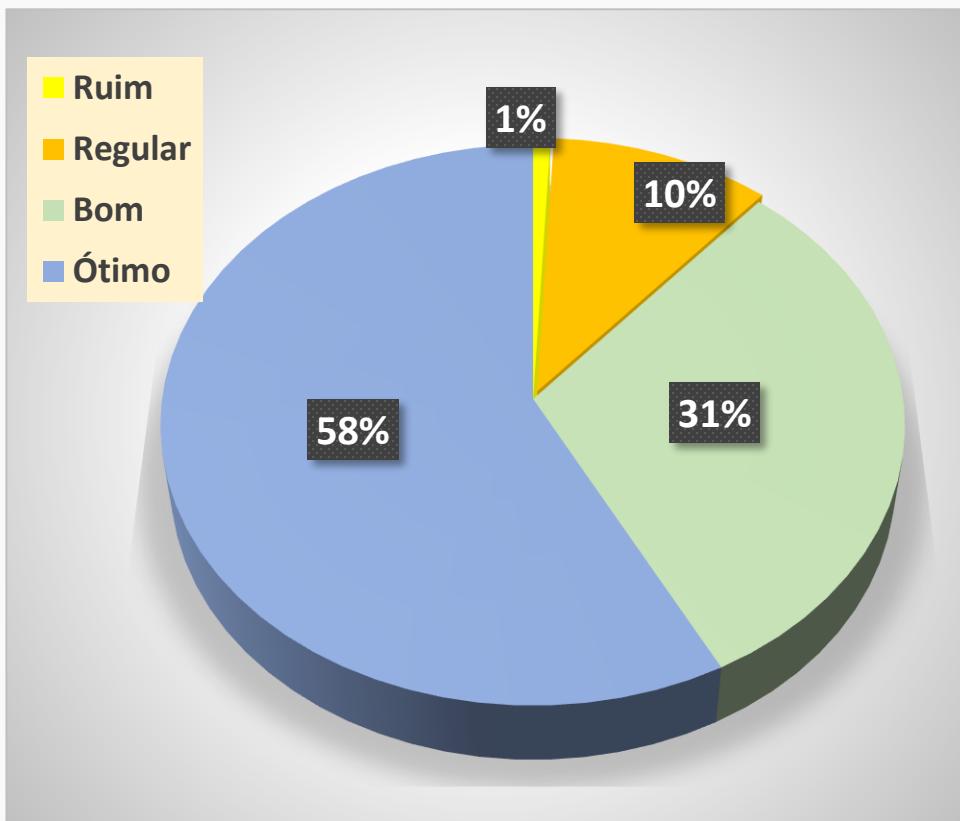


Sobre a **disposição dos materiais dentro do AVA** (textos, vídeos, fascículos, etc) e atividades dentro do AVA (fórum, questionários, etc) você teve alguma dificuldade para localizá-las?

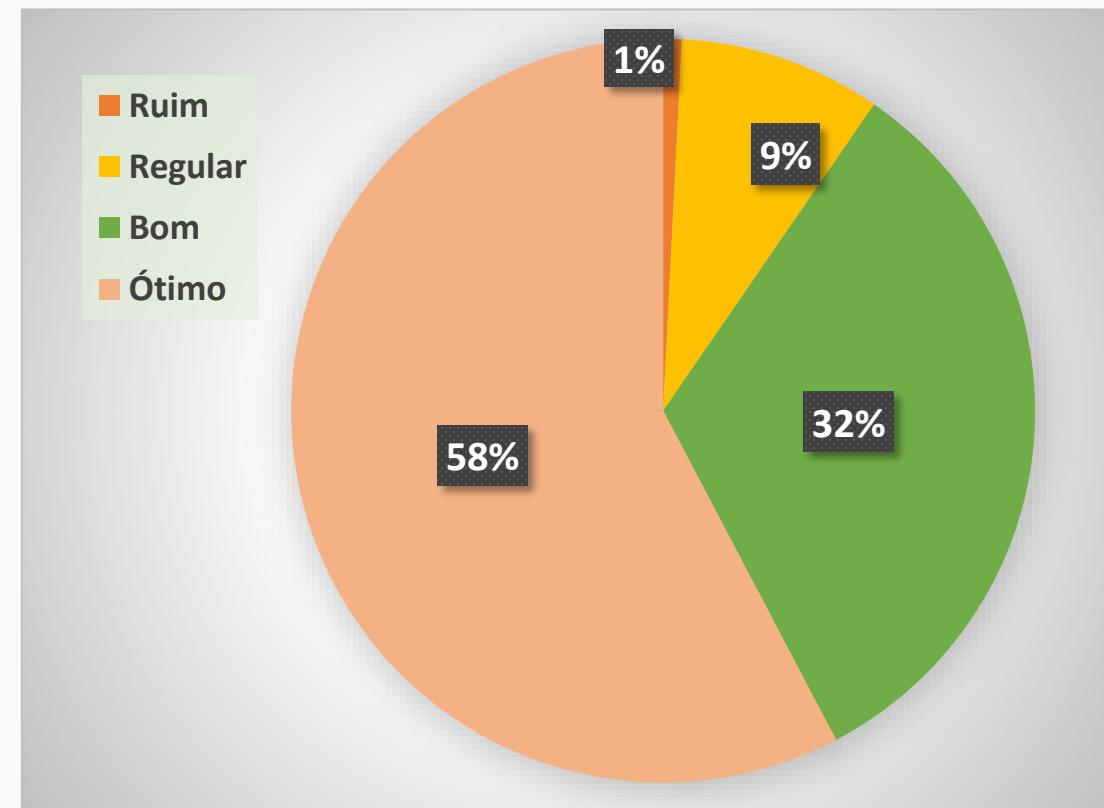


# Os gráficos da avaliação

O AVA apresentou-se de fácil operacionalização

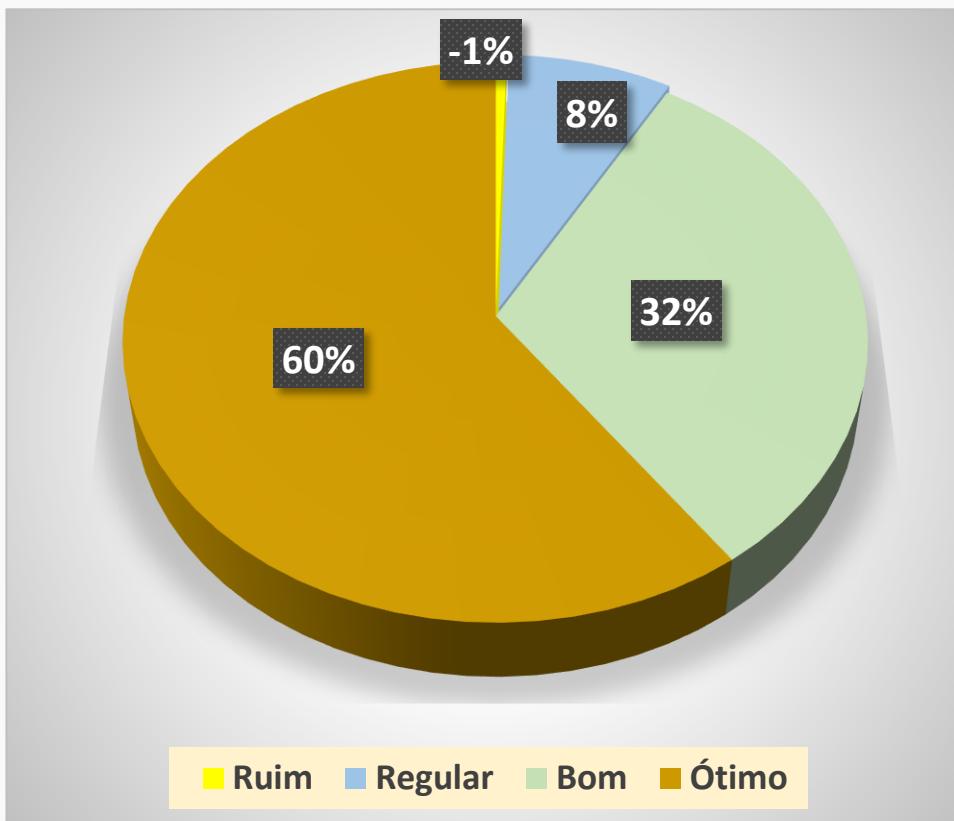


As funcionalidades e o leiaute do AVA satisfizeram as necessidades do curso?

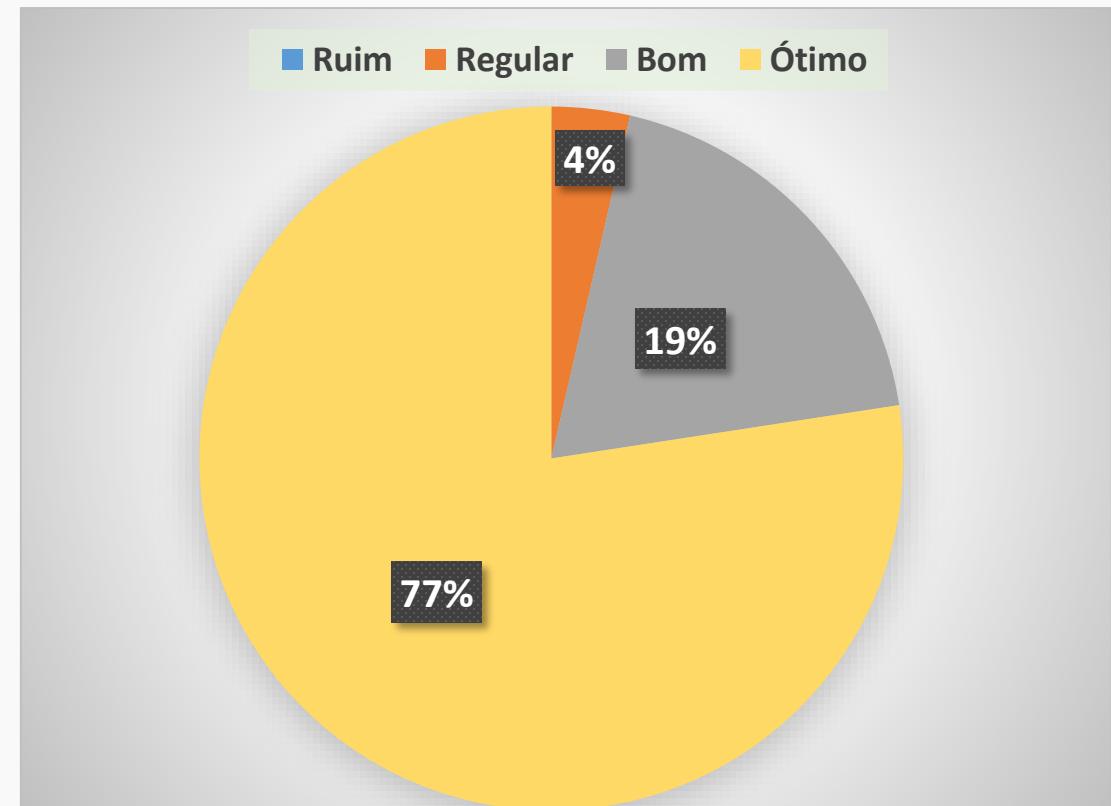


# Os gráficos da avaliação

Qual o seu **conceito geral**  
atribuído ao AVA?



Qual o seu **conceito geral**  
atribuído ao curso?



# Algumas vozes dos alunos coletadas na questão aberta do questionário de avaliação

## Aluno 01

“Os organizadores do curso estão de parabéns, o curso e os conteúdos são riquíssimos e contribuíram muito para o nosso conhecimento. Somente o tempo disponibilizado que foi pouco”.

## Aluno 02

“O curso a distância foi muito bom para mim, o tempo que fiz não seria possível presencialmente, meu tutor me acompanhou, me ligou, buscou saber por que atrasei tarefa, estão de parabéns”.

## Aluno 03

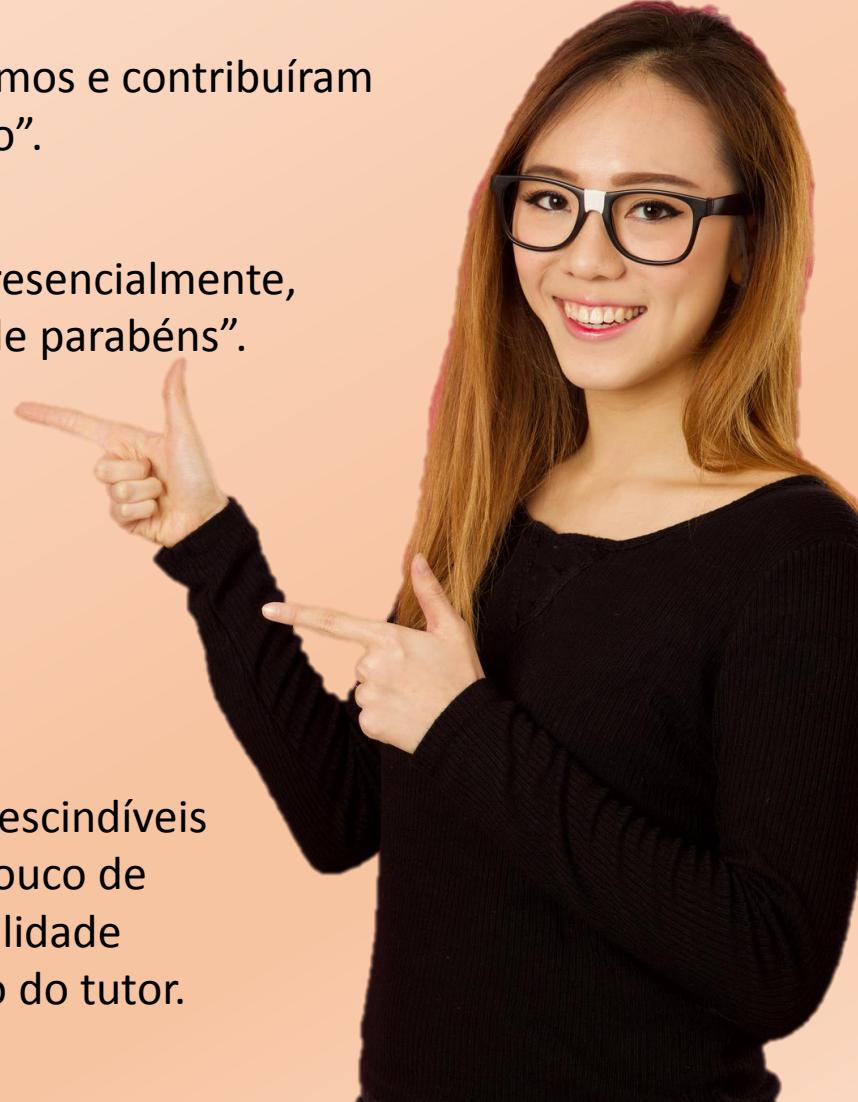
“No início achei a área virtual difícil de manusear, mas depois, foi tranquilo e fácil de manusear”.

## Aluno 04

“O tempo de duração do curso foi muito curto”.

## Aluno 05

“Em suma, é um curso de extrema importância, pois os temas abordados são imprescindíveis para a efetivação do exercício da cidadania. No que se refere ao portal, senti um pouco de dificuldade na localização das atividades, bem como no entendimento da funcionalidade dos módulos e possíveis envios das atividades, porém foram sanados com o auxílio do tutor. No mais, esse curso é um excelente trabalho.”



# Considerações Finais

- ✓ **Conscientização do cidadão** é o ponto de partida para o repesar e transformar sua práxis
- ✓ **Preparação dos conselheiros para cumprir sua missão** favorece a sua intervenção na realidade
- ✓ Membros da **sociedade deixam o polo passivo de administrados e atuam como cidadãos ativos** nos atos de poder tomadas em seu nome na medida que sentem mais bem informados e preparados para o exercício de controle social
- ✓ **Nível de satisfação elevado e percentual de evasão menor** que a média do Brasil para essa modalidade
- ✓ **Empoderamento social** em diversos **níveis de conhecimento e diferentes espaços de discussão** plural forma atingidos de diferentes modos
- ✓ A **parceria entre instituições** deve ser **encorajada em favor da cidadania e do controle social** dos recursos públicos
- ✓ Espera-se que esta experiência possa ser compartilhada com outras instituições que desejam **utilizar da tecnologia do Ensino a Distância**

# Raichelis, 2000

(...) no processo de **amadurecimento da democracia participativa**, tanto a **sociedade** quanto o **Estado** são chamados a se **modificarem**, a construírem aliança em torno de pautas coletivas, a praticarem mediações sociais e políticas visando o atendimento de pautas populares e a **caminharem na direção da estruturação de esferas públicas autônomas e democráticas** no campo das decisões políticas” (RAICHELIS, 2000).

# Referências

ANJOS, A. M. dos. Tecnologias da informação e da comunicação, aprendizado eletrônico e ambientes virtuais de aprendizagem. In Maciel, C. Educação a distância: Ambientes virtuais de aprendizagem. Cuiabá: EdUFMT, 2014, p. 11-57.

BRASIL. XXIII ASSEMBLEIA GERAL DA OLACEFS. Revista do Tribunal de Contas da União. Brasil, ano 46, n. 129, p. 17, jan/abr., 2014. Disponível em <<http://revista.tcu.gov.br/ojs/index.php/RTCU/article/download/18/16>>. Acesso em: 05 jun.2017.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm). Acesso em 10 jan 2018.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 19, de 04 de junho de 1998. Modifica o regime e dispõe sobre princípios e normas da Administração Pública, servidores e agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas e custeio de atividades a cargo do Distrito Federal, e dá outras providências. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Emendas/Emc19.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc19.htm). Acesso em 10 jan 2018.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em 10 jan 2018.

OLIVEIRA, L. K. B.; MACIEL, C.. Transparência das Contas Públicas e Controle Social via Portal do Cidadão-um estudo de caso. Anais do WTRANS13 – Workshop de Transparência em Sistemas, Brasília, Brasil, Setembro 29, 2013.

FACCIONI, V. J. A Sociedade e o Controle Externo. In: I Fórum do PROMOEX: Formação da Rede de Informação e Portal do Controle Externo. TCE-MG. Belo Horizonte, 2006.

GIRATA, N. N. H.; MACIEL, C.. eGov website evolution study within strategic planning. In: Proceedings of the 15th Annual International Conference on Digital Government Research. ACM, 2014. p. 69-78.

KUHN, A. P.; ROUILLER, C. O.; MACIEL, C.. Um olhar sobre os trabalhos dos participantes do curso a distância de cidadania e controle social. In VUOLO, Cassyra L; MACIEL, Cristiano; ANJOS, Alexandre dos. Educação a Distância: (In)formação em Cidadania e Controle Social. Cuiabá-MT: EdUFMT, 2017, p.173-188.

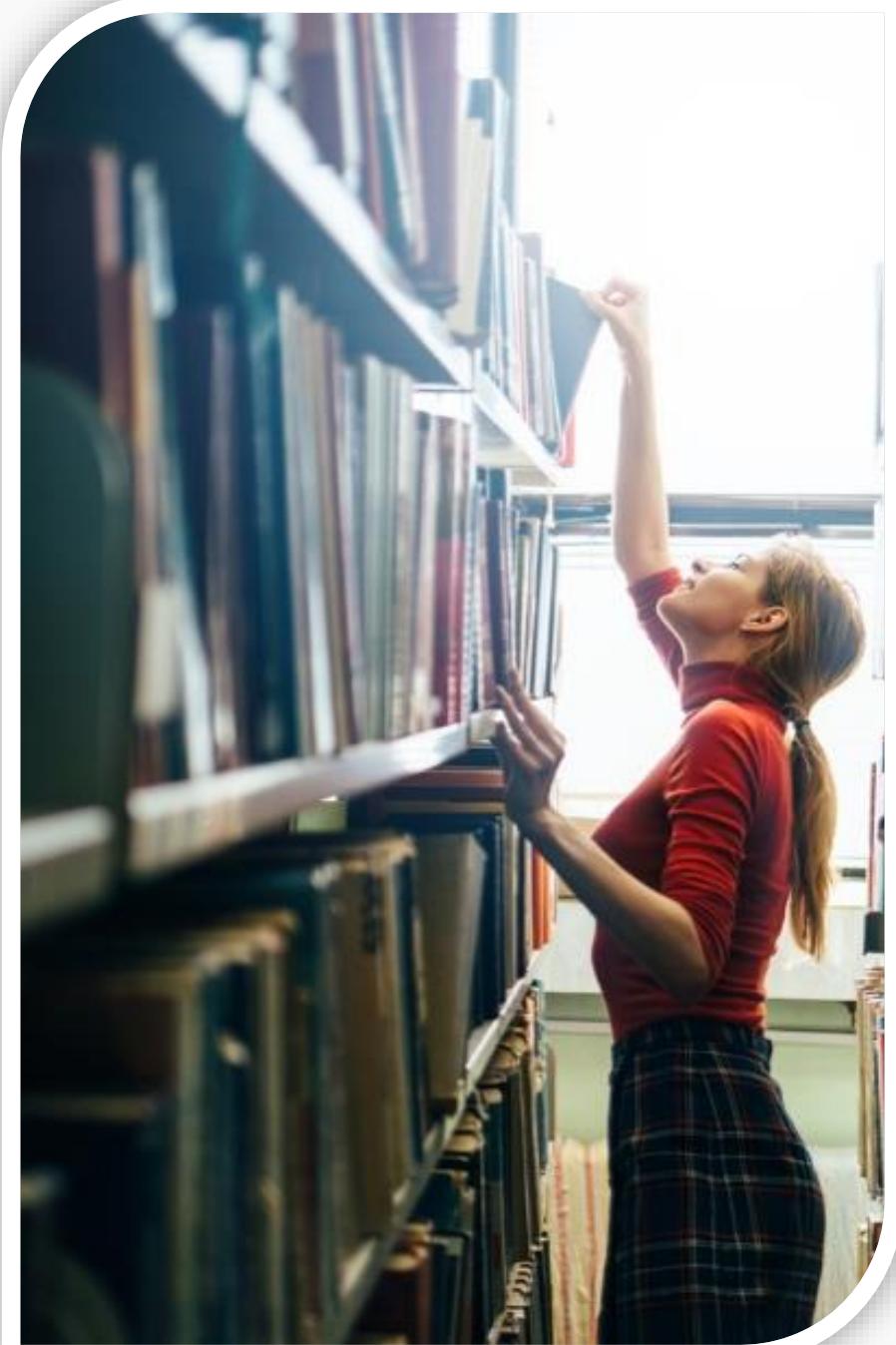
MACIEL, C., GARCIA, A. C. B.. Modeling of a Democratic Citizenship Community to Facilitate the Consultative and Deliberative Process in the Web. In ICEIS, 2007, pp. 387-394.

MACIEL, C., CAPPELLI, C., SLAVIERO, C., GARCIA, A. C. B.. Technologies for popular participation: a research agenda. In: Proceedings of the 17th International Digital Government Research Conference on Digital Government Research. ACM, 2016. p. 202-211.

BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/Lcp101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/Lcp101.htm). Acesso em 10 jan de 2018.

# Referências

- MANGIA, C. de C.. Participação popular, cidadania e Estado Democrático de Direito. *Revista Jus Navigandi*. Teresina, ano 19, n. 4094, 16 set. 2014. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/29663>>. Acesso em: 26 dez. 2016.
- MILL, D.. Das inovações tecnológicas às inovações pedagógicas: considerações sobre o uso das tecnologias na educação a distância. In: MILL, D. PIMENTEL, N. *Educação a Distância: desafios contemporâneos*. São Carlos:EdUFSCar, 2010.
- MONSALVE, E.; WERNECK, V.; LEITE, J. C. S. P. Incorporando transparência na pedagogia através do uso de jogos para ensino. *Anais do WTRANS13 – Workshop de Transparência em Sistemas*, Brasília, Brasil, Setembro 29, 2013.
- NERLING, M.. Preparar para o exercício da cidadania, através do controle social, na Gestão de Políticas Públicas. IN: VUOLO, C. L; MACIEL, C.; ANJOS, A. M. dos. *Educação a Distância: (In)formação em Cidadania e Controle Social*. Cuiabá-MT: EdUFMT, 2017, p. 17-67
- PERUZZOTTI, E.; SMULOVITZ, C. *Controlando la Política: ciudadanos y medio sem las nuevas democracias*. Buenos Aires: Editorial Temas, 2002, p. 23-52.
- RAICHELIS, R.. Desafios da gestão democrática das políticas sociais. Módulo 03. Capacitação em Serviço Social e Política Social. Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais. Brasília, CFESS, ABEPSS, CEAD/NED-UNB, 2000.
- TORRES, R. L.. *Curso de Direito Financeiro e Tributário*. 7. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.
- VALENTE, J. A. A espiral da aprendizagem e as tecnologias da informação e comunicação: repensando conceitos. In: Joly, M. C. (Ed) *Tecnologia no Ensino: implicações para a aprendizagem*. São Paulo: casa do psicólogo, 2002, p. 15-37.
- VUOLO, C. L; MACIEL, C.; ANJOS, A. M. dos. *Educação a Distância: (In)formação em Cidadania e Controle Social*. Cuiabá-MT: EdUFMT, 2017.



# Muito Obrigado!

Cassyra L Vuolo  
Cristiano Maciel



Tribunal de Contas  
Mato Grosso  
TRIBUNAL DO CIDADÃO

